

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas:**  
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

 São Paulo, fevereiro de 2013  
**A Diretoria**

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2012	31/12/2011		Nota	31/12/2012	31/12/2011
<b>Ativo Circulante</b>		<b>13.939.402</b>	<b>19.249.253</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>15.952.615</b>	<b>22.460.657</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>143.105</b>	<b>87.393</b>	<b>Depósitos</b>		<b>15.212.426</b>	<b>21.892.196</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>15.d</b>	<b>1.871.977</b>	<b>8.598.116</b>	Depósitos à Vista		3.916	8.565
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.871.977	8.598.116	Depósitos Interfinanceiros	15.d	15.208.510	21.883.631
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>5</b>	<b>801</b>	<b>2.824</b>	<b>Outras Obrigações</b>		<b>740.189</b>	<b>568.461</b>
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central		801	2.824	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		5.473	12.304
<b>Operações de Crédito</b>	<b>6</b>	<b>9.641.130</b>	<b>8.508.903</b>	Sociais e Estatutárias		340	33.218
Setor Privado		9.985.134	8.795.132	Fiscais e Previdenciárias	11	498.372	354.098
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(344.004)	(286.229)	Diversas	12	236.004	168.841
<b>Outros Créditos</b>		<b>2.182.105</b>	<b>1.973.514</b>	<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>		<b>14.146.958</b>	<b>13.609.587</b>
Rendas a Receber		18.787	19.255	<b>Depósitos</b>		<b>14.049.997</b>	<b>13.501.835</b>
Créditos Tributários	7	537.569	407.887	Depósitos Interfinanceiros	15.d	14.049.997	13.501.835
Diversos	8	1.647.248	1.574.819	<b>Outras Obrigações</b>		<b>96.961</b>	<b>107.752</b>
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(21.499)	(28.447)	Fiscais e Previdenciárias	11	76.340	64.113
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>100.284</b>	<b>78.503</b>	Diversas	12	20.621	43.639
Despesas Antecipadas		100.284	78.503	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>14</b>	<b>1.117.958</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>17.178.020</b>	<b>17.967.187</b>	Capital Social:			
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>15.d</b>	<b>917.216</b>	<b>2.951.484</b>	De Domiciliados no País		726.561	726.561
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		917.216	2.951.484	Reservas de Lucros		391.397	494.953
<b>Operações de Crédito</b>	<b>6</b>	<b>14.377.881</b>	<b>13.272.891</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>31.217.531</b>	<b>37.291.758</b>
Setor Privado		14.993.646	13.830.979				
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(615.765)	(558.088)				
<b>Outros Créditos</b>		<b>1.320.610</b>	<b>1.205.290</b>				
Créditos Tributários	7	662.309	684.836				
Diversos	8	687.114	587.533				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(28.813)	(67.079)				
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>562.313</b>	<b>537.522</b>				
Despesas Antecipadas		562.313	537.522				
<b>Permanente</b>		<b>100.109</b>	<b>75.318</b>				
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>9</b>	<b>31.691</b>	<b>29.108</b>				
Imobilizado de Uso		66.182	58.987				
(Depreciações Acumuladas)		(34.491)	(29.879)				
<b>Intangível</b>	<b>10</b>	<b>68.418</b>	<b>46.210</b>				
Ativos Intangíveis		92.841	59.455				
(Amortizações Acumuladas)		(24.423)	(13.245)				
<b>Total do Ativo</b>		<b>31.217.531</b>	<b>37.291.758</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
<b>Saldos em 31 de Dezembro 2010</b>	<b>726.561</b>	<b>15.290</b>	<b>214.699</b>	<b>-</b>	<b>956.550</b>
Lucro Líquido	-	-	-	347.494	347.494
Destinações:					
Reserva Legal	-	17.375	-	(17.375)	-
Dividendos	14.b	-	-	(25.630)	(25.630)
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	(56.900)	(56.900)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	123.795	(123.795)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	123.794	(123.794)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro 2011</b>	<b>726.561</b>	<b>32.665</b>	<b>462.288</b>	<b>-</b>	<b>1.221.514</b>
Prejuízo	-	-	-	(103.556)	(103.556)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	(51.778)	51.778	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	(51.778)	51.778	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro 2012</b>	<b>726.561</b>	<b>32.665</b>	<b>358.732</b>	<b>-</b>	<b>1.117.958</b>
<b>Saldos em 30 de Junho 2012</b>	<b>726.561</b>	<b>32.665</b>	<b>462.288</b>	<b>(52.779)</b>	<b>1.168.735</b>
Prejuízo	-	-	-	(50.777)	(50.777)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	(51.778)	51.778	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	(51.778)	51.778	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro 2012</b>	<b>726.561</b>	<b>32.665</b>	<b>358.732</b>	<b>-</b>	<b>1.117.958</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**1. Contexto Operacional**  
A Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), tem por objeto social a realização de operações de crédito, financiamento e empréstimo em geral, incluindo, mas não se limitando, financiamento para capital de giro e para aquisição de bens e serviços, e demais atividades permitidas pela legislação e regulamentação em vigor. A Aymoré CFI tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras**  
As demonstrações financeiras da Aymoré CFI, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 14 de fevereiro de 2013.

As demonstrações consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a empresa Aymoré CFI, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

**3. Principais Práticas Contábeis**  
**a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**  
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Aymoré CFI.  
**b) Apuração do Resultado**  
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.  
**c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo**  
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.  
Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.  
**d) Caixa e Equivalentes de Caixa**  
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.  
**e) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas**  
A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.  
Normalmente, a Aymoré CFI efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operação de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.  
A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. As cessões de créditos realizadas até dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não do risco.  
As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.  
**f) Despesas Antecipadas**  
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.  
**g) Permanente**  
Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:  
**g.1) Imobilizado**  
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.  
**g.2) Intangível**  
Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logísticos são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.  
**h) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais**  
A Aymoré CFI é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.  
Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos. As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas. Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Aymoré CFI. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras (Nota 13.g).  
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras (Nota 13.a).  
**i) Plano de Benefícios a Funcionários**  
Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Aymoré CFI de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

**Plano de Contribuição Definida**  
Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Aymoré CFI como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.  
As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente no balanço patrimonial como outras obrigações - diversas.  
**Planos de Benefício Definido**  
Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 21.

O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é registrado, líquido (i) do valor justo dos ativos dos planos; (ii) dos ganhos e/ou das perdas atuariais líquidos não reconhecidos, os quais são diferidos utilizando-se o método do corredor; e (iii) dos custos de serviços passados, os quais são diferidos ao longo do tempo. As obrigações são contabilizadas no balanço patrimonial como outras obrigações - diversas - planos de benefícios a funcionários.  
Um ativo atuarial é reconhecido no balanço patrimonial, como outros créditos - diversos, no caso do valor líquido representar um ativo. Esta situação se aplica quando: (i) o excesso de fundos representa benefícios econômicos futuros na forma de retorno de recursos ao patrocinador ou redução nas contribuições futuras, conforme as condições previstas na Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) 26/2008; e (ii) resultante de quaisquer perdas atuariais e custo do serviço passado acumulados, líquidos e não reconhecidos que serão compensados no longo prazo.  
Ativos do plano são definidos como aqueles que serão usados diretamente na liquidação de obrigações e que: (i) sejam de propriedade da patrocinadora; e (ii) somente possam ser usados para pagar ou financiar benefícios pós-emprego e não possam ser devolvidos às entidades patrocinadoras, a menos que ocorra um excesso de recursos conforme as condições previstas na Resolução CGPC 26/2008.  
Os ganhos e perdas atuariais são aqueles resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente ocorreu e dos efeitos de mudanças nas premissas atuariais. A Aymoré CFI utiliza o método do corredor e reconhece no resultado o valor líquido dos ganhos e/ou das perdas atuariais acumulados que excederem o maior valor entre 10% do valor presente das obrigações ou 10% do valor justo dos ativos do plano.  
O custo de serviços passados decorre de mudanças nos benefícios pós-emprego atuais ou da introdução de novos benefícios, é reconhecido de forma linear no resultado ao longo do período entre o momento em que surgirem os novos compromissos e a data na qual o funcionário tiver o direito irrevogável de receber os novos benefícios.  
Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.  
Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente. A Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. O Pronunciamento Técnico CPC 33 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios a empregados como a remoção do mecanismo do corredor no registro das obrigações dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos ativos dos planos de benefício definido (valorizações e desvalorizações). A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. A adoção desta nova prática contábil implicará, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo das perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas até o momento, em contrapartida de conta do patrimônio líquido.  
**j) Remuneração Baseada em Ações Liquidação em Ação**  
São referentes a opções de compra de ações do Banco Santander promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. As quantidades de ações concedidas aos executivos variam de acordo com determinados parâmetros de desempenho.  
No início do plano é efetuada uma estimativa da quantidade provável das opções que serão outorgadas e registra-se o valor justo em despesa de pessoal em contrapartida contra o "patrimônio líquido - reservas para pagamento baseado em ações" no final do período de vigência de cada ciclo.  
**Liquidação em Dinheiro**  
No início do plano, é efetuada uma estimativa da quantidade provável de ações "hipotéticas" que serão recebidas pelos executivos. É apurado o valor justo das ações "hipotéticas" e registrado ao longo do período de vigência de cada ciclo uma provisão em outras obrigações em contrapartida com a despesa de pessoal.  
**k) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**  
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.  
**l) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**  
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal e sobre os prejuízos fiscais.  
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração da Aymoré CFI na reunião realizada em 14 de fevereiro de 2013.  
As alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007 e pela Lei 11.941/2009 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados, para fins contábeis, nos ativos e passivos diferidos correspondentes.  
**m) Estimativas Contábeis**  
As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa**  
São representados por disponibilidades no valor de R\$143.105 (31/12/2011 - R\$87.393) e aplicações em depósitos interfinanceiros de R\$93.025 (31/12/2011 - R\$158.086).  
**5. Relações Interfinanceiras**  
O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados basicamente por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios.  
**6. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas**  
**a) Carteira de Créditos**

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Operações de Crédito</b>	<b>24.978.780</b>	<b>22.626.111</b>
Empréstimos e Títulos Descontados	5.382	23.766
Financiamentos	24.973.398	22.602.345
<b>Outros Créditos</b>	<b>1.789.016</b>	<b>1.812.427</b>
Títulos e Créditos a Receber <sup>(1)</sup> (Nota 8)	1.789.016	1.812.427
<b>Total</b>	<b>26.767.796</b>	<b>24.438.538</b>
<b>Circulante</b>	<b>11.460.854</b>	<b>10.361.173</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>15.306.942</b>	<b>14.077.365</b>

<sup>(1)</sup> Referem-se a créditos adquiridos de lojistas.  
**Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros**  
De acordo com a Resolução 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período.  
**(R) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios**  
Durante o exercício de 2012, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R\$348.286 e estavam registradas em financiamentos. O resultado apurado como receita foi de R\$19.460.

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>2.873.903</b>	<b>6.052.851</b>	<b>4.970.914</b>
Operações de Crédito		2.467.833	4.962.369	3.996.450
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	15.d	386.610	1.071.022	846.380
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	6.a	19.460	19.460	-
Resultado das Aplicações Compulsórias		-	-	128.084
<b>Despesa da Intermediação Financeira</b>		<b>(2.585.673)</b>	<b>(5.574.318)</b>	<b>(4.269.082)</b>
Operações de Captação no Mercado		(1.761.243)	(3.832.497)	(3.129.071)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.e	(824.430)	(1.741.821)	(1.140.011)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>288.230</b>	<b>478.533</b>	<b>701.832</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(369.896)</b>	<b>(664.688)</b>	<b>(323.656)</b>
Receitas de Prestação de Serviços	16	62.953	124.322	71.582
Rendas de Tarifas Bancárias	16	201.523	438.646	483.508
Despesas de Pessoal	17	(141.707)	(289.272)	(178.150)
Outras Despesas Administrativas	17	(257.056)	(480.524)	(388.082)
Despesas Tributárias	17	(120.985)	(240.721)	(185.096)
Outras Receitas Operacionais	18	118.735	204.810	131.288
Outras Despesas Operacionais	19	(233.359)	(421.949)	(258.706)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>(81.666)</b>	<b>(186.155)</b>	<b>378.176</b>
<b>Resultado não Operacional</b>		<b>(1.525)</b>	<b></b>	



# Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ nº 07.707.650/0001-10

<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b> – <i>Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado</i>
--

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

**c) Valor Presente dos Créditos Tributários**

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$1.106.524 (31/12/2011 - R\$953.854), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Títulos e Créditos a Receber (Nota 6.a)	1.789.016	1.812.427
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	282.451	255.447
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	23.928	19.041
Outros	67.440	66.612
Impostos e Contribuições a Compensar	166.903	6.295
Adiantamentos Salariais	1.455	1.448
Outros	3.169	1.082
<b>Total</b>	<b>2.334.362</b>	<b>2.162.352</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.647.248</b>	<b>1.574.819</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>687.114</b>	<b>587.533</b>

	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>		
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Residual</b>	<b>Residual</b>
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	8.495	(4.761)	3.734	3.458
Sistemas de Segurança e Comunicações	2.827	(2.714)	113	184
Sistemas de Processamento de Dados	3.795	(3.794)	1	12
Beneficioriais em Imóveis de Terceiros	48.866	(21.145)	27.721	25.416
Outras	2.199	(2.077)	122	38
<b>Total</b>	<b>66.182</b>	<b>(34.491)</b>	<b>31.691</b>	<b>29.108</b>

## 10. Intangível

Refere-se, basicamente, a gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais.

## 11. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 13.b)	561.198	367.742
Impostos e Contribuições a Pagar	13.514	50.469
<b>Total</b>	<b>574.712</b>	<b>418.211</b>
<b>Circulante</b>	<b>498.372</b>	<b>354.098</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>76.340</b>	<b>64.113</b>

## 12. Outras Obrigações - Diversas

	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 13.b)	138.187	101.759
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	51.179	36.501
Despesas Administrativas	1.035	4.354
Outros Pagamentos	5.566	8.353
Fornecedores	34.683	11.553
Créditos de Veículos Apreendidos - Leilão	5.596	24.871
Outras	20.379	25.089
<b>Total</b>	<b>256.625</b>	<b>212.480</b>
<b>Circulante</b>	<b>236.004</b>	<b>168.841</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>20.621</b>	<b>43.639</b>

## 13. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

### a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.h).

### b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
<b>Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 11)</b>	<b>561.198</b>	<b>367.742</b>
<b>Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 12)</b>	<b>138.187</b>	<b>101.759</b>
Ações Trabalhistas	40.670	32.113
Ações Cíveis	97.517	69.646
<b>Total</b>	<b>699.385</b>	<b>469.501</b>

	<b>01/01 a 31/12/2012</b>			<b>01/01 a 31/12/2011</b>		
	<b>Fiscais</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Fiscais</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>367.742</b>	<b>32.113</b>	<b>69.646</b>	<b>204.795</b>	<b>29.745</b>	<b>40.112</b>
Constituição Líquida de Reversão <sup>(1)</sup>	194.068	74.478	134.962	162.992	37.382	73.991
Baixas por Pagamentos	(612)	(65.921)	(107.091)	(45)	(35.014)	(44.457)
<b>Saldo Final</b>	<b>561.198</b>	<b>40.670</b>	<b>97.517</b>	<b>367.742</b>	<b>32.113</b>	<b>69.646</b>

Depósitos em Garantia - Outros

Créditos <sup>(2)</sup>

<sup>(1)</sup> Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL.

<sup>(2)</sup> Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

### d) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões

A Aymoré CFI é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Aymoré CFI com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Aymoré CFI tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:

**PIS e Cofins** - R\$484.857 (31/12/2011 - R\$302.835): a Aymoré CFI interpôs medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF), eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

**Majoração de Alíquota da CSLL** - R\$72.474 (31/12/2011 - R\$63.514): a Aymoré CFI ajuizou ação judicial visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

### e) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

São ações movidas por Sindicatos, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas individualmente, com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

### f) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo.

As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações cíveis que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

### g) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R\$4.222, trabalhistas R\$2.416 e cíveis R\$9.343.

## 14. Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é composto por 287.706.670 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

### b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

Em 31 de dezembro de 2011, foram destacados dividendos com base nos lucros acumulados naquele exercício, no valor de R\$25.630 (R\$0,00008908 em reais por ação) referente ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2011. O pagamento foi efetuado em 31 de janeiro de 2012.

Em 28 de dezembro de 2011, foi aprovado a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativos ao período de outubro a dezembro de 2011, no valor de R\$14.610 (R\$0,00005078 em reais por ação e R\$0,00004316 líquido do imposto de renda, em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 28 de dezembro de 2011, e foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício de 2011.

Em 28 de setembro de 2011, foi aprovado a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativos ao período de abril a setembro de 2011, no valor de R\$28.450 (R\$0,00009889 em reais por ação e R\$0,00008405 líquido do imposto de renda, em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 30 de setembro de 2011, e foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício de 2011.

Em 31 de março de 2011, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativos ao período de janeiro a março de 2011, no valor de R\$13.840 (R\$0,00004810 em reais por ação e R\$0,00004089 líquido do imposto de renda, em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 1 de abril de 2011, e foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício de 2011.

### c) Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício de 2011 foram destinados 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Aymoré CFI e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. O prejuízo do exercício de 2012 foi integralmente absorvido pelas reservas para reforço de capital de giro e para equalização de dividendos. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

## 15. Partes Relacionadas

### a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Aymoré CFI realizada em 27 de abril de 2012, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2012, no valor máximo de R\$10. A Aymoré CFI é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Aymoré CFI não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da administração.

Em 2012 e 2011, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria.

### b) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Aymoré CFI, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a Aymoré CFI; e

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

### c) Participação Acionária

A Aymoré CFI é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 287.706.670 mil ações ordinárias, equivalentes a 100% do capital social.

### d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens. As principais transações e saldos são conforme segue:

	<b>31/12/2012</b>	<b>01/01 a 31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>01/01 a 31/12/2011</b>
	<b>Ativos (Passivos)</b>	<b>Receitas (Despesas)</b>	<b>Ativos (Passivos)</b>	<b>Receitas (Despesas)</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>143.025</b>	-	<b>87.254</b>	-
Banco Santander <sup>(6)</sup>	143.025	-	87.254	-
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez <sup>(1)</sup></b>	<b>2.789.193</b>	<b>1.071.022</b>	<b>11.549.600</b>	<b>846.380</b>
Banco Santander <sup>(6)</sup>	2.789.193	1.071.022	11.549.600	846.380
<b>Rendas a Receber de Serviços Prestados</b>	<b>17.610</b>	<b>86.540</b>	<b>16.965</b>	<b>46.818</b>
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. <sup>(8) (7)</sup>	16.838	86.540	16.350	46.818
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (CFI RCI Brasil) <sup>(6)</sup>	772	-	615	-
<b>Valores a Receber de Sociedades Ligadas</b>	<b>1.748</b>	<b>13.081</b>	<b>406</b>	<b>9.885</b>
Banco Santander <sup>(6)</sup>	402	-	-	-
CFI RCI Brasil <sup>(6)</sup>	134	8.487	82	6.473
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing) <sup>(6)</sup>	-	8	2	268
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil <sup>(6)</sup>	373	4.586	322	3.144
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. <sup>(8) (7)</sup>	839	-	-	-
<b>Depósitos Interfinanceiros <sup>(2)</sup></b>	<b>(29.258.507)</b>	<b>(3.832.490)</b>	<b>(35.385.466)</b>	<b>(3.129.063)</b>
Banco Santander <sup>(6)</sup>	(29.258.507)	(3.832.490)	(35.385.466)	(2.757.626)
Santander Leasing <sup>(6)</sup>	-	-	-	(371.437)
<b>Dividendos e Bonificações a Pagar</b>	<b>(340)</b>	-	<b>(25.630)</b>	-
Banco Santander <sup>(6)</sup>	(340)	-	(25.630)	-
<b>Valores a Pagar a Sociedades Ligadas</b>	<b>(71)</b>	<b>(272.672)</b>	<b>(36)</b>	<b>(211.898)</b>
Banco Santander <sup>(6) (8)</sup>	-	(272.672)	-	(211.898)
Produban Serviços de Informática S.A. <sup>(6)</sup>	(39)	-	-	-
Banco Santander, S.A. - Espanha (Banco Santander Espanha) <sup>(8)</sup>	(32)	-	(36)	-
<b>Despesas com Doações</b>	-	<b>(545)</b>	-	-
Santander Cultural <sup>(10)</sup>	-	(545)	-	-

<sup>(1)</sup> Em 31 de dezembro de 2012, estão compostas por aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento em até 3 meses no valor de R\$93.025, de 3 a 12 meses de R\$1.778.952 e acima de 12 meses de R\$917.216.

<sup>(2)</sup> Em 31 de dezembro de 2012, os depósitos com vencimento em até 3 meses montam R\$4.595.599, de 3 a 12 meses R\$10.612.911 e acima de 12 meses R\$9.104.049.997.

<sup>(3)</sup> Atual denominação social da Santander Seguros S.A.

<sup>(4)</sup> As despesas incluem despesas administrativas - convênio operacional e outras despesas operacionais.

<sup>(5)</sup> Controlador da Aymoré CFI (Nota 15.c).

<sup>(6)</sup> Referem-se a subsidiárias do controlador Banco Santander.

<sup>(7)</sup> Controlada em conjunto - Banco Santander Espanha.

<sup>(8)</sup> Controlador indireto do Banco Santander.

<sup>(9)</sup> Controlada pelo Banco Santander Espanha.

<sup>(10)</sup> A Santander Cultural é uma associação civil de caráter cultural, educacional e desportivo, para fins não econômicos, constituída de acordo com a legislação brasileira.

<b>DIRETORIA</b>		
<b>Diretor Presidente</b> - Luis Felix Cardamone Neto		
<b>Diretores Executivos</b>		
Amancio Acúrcio Gouveia	Luiz Felipe Taunay Ferreira	Oscar Rodriguez Herrero
Carlos Alberto López Galán	Marco Antônio Martins de Araújo Filho	Ronaldo Yassuyuki Morimoto
<b>Contador</b>		
Flaminio Oliveira Ferreira - CRC 1RS 067739/O-6 S-SP		

<b>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES</b>
--

Aos Administradores e Acionistas da

Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

**São Paulo - SP**

Examinamos as demonstrações financeiras da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo da principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### 16. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

Referem-se, principalmente, a tarifas de confecção de cadastro relacionadas a realização de pesquisa em serviços de proteção ao crédito, base de dados e informações cadastrais, tratamento de dados e outras informações necessárias às operações de crédito e receita com seguro prestamista.

### 17. Despesas Administrativas e Tributárias

Despesas de pessoal incluem despesas com remuneração, encargos sociais, benefícios e despesas com treinamento. No exercício de 2012, as despesas com participação nos lucros ou resultados - remuneração variável, foram registradas nesta rubrica, pois não foi auferido lucro neste exercício.

Outras despesas administrativas incluem, principalmente, despesas de convênio operacional com o Banco Santander no valor de R\$252.010 (2011 - R\$195.102) e serviços técnicos especializados e de terceiros de R\$140.989 (2011 - R\$96.221).

Despesas tributárias incluem, principalmente, despesas com Cofins, PIS/Pasep e ISS.

## 18. Outras Receitas Operacionais

	<b>01/01 a 31/12/2012</b>	<b>01/01 a 31/12/2011</b>
Reversão de Provisões Operacionais - Outras	42.381	17.860
Atualização de Depósitos Judiciais	25.309	25.215
Recuperação de Encargos e Despesas	136.675	87.201
Outras	445	1.012
<b>Total</b>	<b>204.810</b>	<b>131.288</b>

## 19. Outras Despesas Operacionais

	<b>01/01 a 31/12/2012</b>	<b>01/01 a 31/12/2011</b>
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 13.c)	7.858	3.784
Trabalhistas (Nota 13.c)	74.478	